

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIA JURÍDICA – CPCJ
PROGRAMA DE MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIA JURÍDICA – PMCJ
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: FUNDAMENTOS DO DIREITO POSITIVO

**LIMITES E POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE
DEFESA DO CONSUMIDOR AO CONTRATO DE TRANSPORTE
MARÍTIMO**

RICARDO MOISÉS DE ALMEIDA PLATCHEK

Itajaí, julho de 2007

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM CIÊNCIA JURÍDICA – CPCJ
PROGRAMA DE MESTRADO ACADÊMICO EM CIÊNCIA JURÍDICA – PMCJ
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: FUNDAMENTOS DO DIREITO POSITIVO

**LIMITES E POSSIBILIDADES DE APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE
DEFESA DO CONSUMIDOR AO CONTRATO DE TRANSPORTE
MARÍTIMO**

RICARDO MOISÉS DE ALMEIDA PLATCHEK

Dissertação submetida a Universidade
do Vale do Itajaí – UNIVALI, como
requisito parcial à obtenção do Título
de Mestre em Ciência Jurídica

Orientador: Professor Doutor Osvaldo Agripino de Castro Junior

Itajaí, julho de 2007

SUMÁRIO

SUMÁRIO	X
RESUMO	XII
ABSTRACT	XIII
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1	8
INTRODUÇÃO AO DIREITO MARÍTIMO	8
1.1 BREVE HISTÓRICO DA NAVEGAÇÃO MARÍTIMA.....	8
1.2 DIREITO MARÍTIMO: ORIGENS E EVOLUÇÃO	14
1.3 OBJETO E NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO MARÍTIMO.....	20
1.4 FONTES DO DIREITO MARÍTIMO	29
1.4.1 CÓDIGO COMERCIAL	31
1.4.2 CÓDIGO CIVIL.....	34
1.4.3 CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....	35
1.4.4 TRATADOS	36
1.5 DIÁLOGO ENTRE AS FONTES DO CÓDIGO CIVIL E DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR	42
CAPÍTULO 2	47
CONTRATO DE TRANSPORTE MARÍTIMO INTERNACIONAL	47
2.1 CONCEITO	48
2.2 NATUREZA JURÍDICA.....	50
2.3 CLASSIFICAÇÃO.....	51
2.4 CONHECIMENTO DE CARGA.....	54
2.4.1 HISTÓRICO DO CONHECIMENTO DE CARGA	56
2.4.2 FUNÇÕES DO CONHECIMENTO DE CARGA	57
2.4.3 TÍTULO DE CRÉDITO	58
2.5 OBRIGAÇÕES DAS PARTES NO CONTRATO DE TRANSPORTE MARÍTIMO	62
2.6 CLÁUSULAS ESSENCIAIS	70
2.7 CLÁUSULA DE NÃO-INDENIZAR	74
2.7.1 CULPA NÁUTICA (<i>NEGLIGENCE CAUSE</i>)	77
2.7.2 EXONERAÇÃO POR RISCOS ASSEGURÁVEIS (<i>INSURANCE CLAUSE</i>)	79
2.7.3 INAVEGABILIDADE DO NAVIO (<i>SEAWORTHINESS</i>).....	80
2.7.4 IRRESPONSABILIDADE PARA CASOS DETERMINADOS.....	81

CAPÍTULO 3	91
LIMITES E POSSIBILIDADES DA APLICAÇÃO DO CDC AO CONTRATO DE TRANSPORTE MARÍTIMO INTERNACIONAL	91
3.1 RECEPÇÃO DOS TRATADOS NO DIREITO INTERNO BRASILEIRO	92
3.2 O CONTRATO DE ADESÃO	102
3.3 CONCEITO DE CONSUMIDOR	107
3.3.1 TEORIA MAXIMALISTA.....	108
3.3.2 TEORIA FINALISTA.....	109
3.3.3 POSICIONAMENTO JURISPRUDENCIAL ACERCA DO CONCEITO DE CONSUMIDOR ..	111
3.3.4 VULNERABILIDADE.....	114
3.4 INCOTERMS.....	122
3.5 PREVALÊNCIA DO CDC	127
3.5.1 BOA-FÉ CONTRATUAL	129
3.5.2 CLÁUSULAS ABUSIVAS.....	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137
REFERÊNCIAS	143
ANEXOS	158
ANEXO I – VERSO <i>BILL OF LADING</i>	158
ANEXO II – ANVERSO <i>BILL OF LADING</i>	159
ANEXO III – <i>BILL OF LADING</i> TRADUZIDO.....	160

RESUMO

O objeto da presente dissertação situa-se no Grupo de Pesquisa Regulação da Infra-estrutura e Juridicidade da Atividade Portuária, da Linha de Pesquisa Direito e Atividade Portuária. O objetivo geral é contribuir para a segurança jurídica e equidade do contrato de transporte marítimo internacional celebrado pelo usuário/consumidor brasileiro por meio do estudo dos limites e possibilidades de aplicação do Código de Defesa do Consumidor (CDC) aos contratos de transporte marítimo internacional. Para tanto, inicia-se expondo sobre as origens da navegação marítima e do Direito Marítimo, assim como sua evolução, objeto, natureza jurídica, fontes, até a determinação de sua autonomia como ramo do direito. Prossegue-se estudando o contrato de transporte marítimo internacional, apresentando seu conceito, natureza jurídica, classificação, histórico, funções, obrigações das partes, além das principais cláusulas de interesse ao transporte marítimo, enfatizando que o contrato de transporte marítimo internacional é evidenciado pelo conhecimento de carga, denominado internacionalmente *bill of lading* (BL). Verifica-se em seguida o procedimento de recepção dos tratados no direito interno brasileiro, diante da inserção destes instrumentos, mesmo que não recepcionados pela legislação nacional, nos contratos de transporte marítimo internacional, o qual se caracteriza em verdadeiro contrato de adesão, apresentando-se assim as características dos contratos de adesão. Importante igualmente apresentar o conceito de consumidor, enquadrando os contratantes do transporte marítimo internacional neste, em face do *International Commercial Term (Incoterm)* definido na relação de compra e venda celebrada entre exportador e importador, expondo-se a disciplina dos *Incoterms*, os quais determinarão a qual das partes cabe a contratação e pagamento do transporte marítimo. Por fim, diante da caracterização da relação de consumo verificada entre transportador e o contratante do transporte, demonstra-se a prevalência do CDC em relação aos demais instrumentos legais reguladores da matéria.

ABSTRACT

The object of this dissertation located in the Group of Research Regulation of the Infrastructure and Legality of the Port Activity, of the Line of Research called Law and Port Activity. The general objective is to contribute for the Rule of Law and equity of the international maritime contract of transport, celebrated by the user/consumer of Brazil by means of the study of the limits and possibilities of application of the Consumer Defense Code (CDC) on the contracts of international maritime transport. For in such a way, it is initiated displaying on the origins of the maritime navigation and the Maritime Law, as well as its evolution, object, legal nature, sources, including the determination of its autonomy as legal discipline. It is continued studying the international maritime contract of transport, presenting its concept, legal nature, classification, description, functions, obligations of the parties, including the main clauses of interest to the maritime transport, emphasizing that the contract of international maritime transport is evidenced by the Bill of Lading. The procedure of reception of the treaties into the Brazilian domestic law is verified after that, ahead of the insertion of these instruments, exactly that not receptioned for the national legislation, in international maritime contracts of transport, which if characterizes in true contract of adhesion, presenting itself thus the characteristics of adhesion contracts. Important equally to present the consumer concept, fitting the contractors of international maritime transport in this, in face of the International Commercial Term (Incoterm) defined in the relation of buying and selling celebrated between exporter and importer, exposing themselves discipline it of the Incoterms, which they will determine which of the parts fits the act of contract and payment of the maritime transport. Finally, ahead of the characterization of the relation of consumption verified between transporter and the contractor of the transport, prevalence of the CDC in relation to the others regulating legal instruments of the substance is demonstrated to it.